



**PLANILHA DE AVALIAÇÃO DOS RESUMOS INSCRITOS NO I ENCONTRO DE PESQUISA CIENTÍFICA
DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO CEARÁ**

TÍTULO DO TRABALHO	LINHA DE PESQUISA 1		LINHA DE PESQUISA 2		LINHA DE PESQUISA 3		MÉDIA FINAL
	NOTA 1A	NOTA 1B	NOTA 2A	NOTA 2B	NOTA 3A	NOTA 3B	
JUSTIÇA RESTAURATIVA E SISTEMA JURISDICIONAL: ALTERNATIVA PARA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	5,8	5,0	SN	SN	SN	SN	5,40
A LEGITIMIDADE DA ATUAÇÃO JURISDICIONAL POR MEIO DA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DEMANDAS RELATIVAS AO DIREITO À SAÚDE	7,1	7,0	SN	SN	SN	SN	7,05
A PESQUISA CIENTÍFICA NO CURSO DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FANOR WYDEN	8,6	8,0	SN	SN	SN	SN	8,30
CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO PARA DEFINIR O ALCANCE DA INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO NO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS NO CEARÁ	8,5	8,0	SN	SN	SN	SN	8,25
DOS ENTRAVES A COMPETÊNCIA PARA DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL ORIUNDOS DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS	4,1	4,0	SN	SN	SN	SN	4,05

EXPOSIÇÃO COMPARATIVA DO SISTEMA DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS DE LISBOA E DAS SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS DE FORTALEZA, COM BASE NA LEGISLAÇÃO PERTINENTE	8,7	8,0	SN	SN	SN	SN	8,35
FOLKWAY DA PINK TAX: ESTRATÉGIA DE MERCADO OU REFLEXO DA MISOGINIA?	9,6	9,0	SN	SN	SN	SN	9,30
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO POLÍTICA PÚBLICA JUDICIAL NO JAPÃO	8,7	8,7	SN	SN	SN	SN	8,70
JUSTIÇA RESTAURATIVA E SISTEMA JURISDICIONAL: ALTERNATIVA PARA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	8,4	8,0	SN	SN	SN	SN	8,20
O SUICÍDIO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AS INTERCUSSÕES ENTRE O DIREITO E O CAMPO PSÍQUICO: UM ESTUDO DE CASO ENTRE OS ANOS DE 2017-2019 NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA	9,0	9,0	SN	SN	SN	SN	9,00
O VOTO PROVISÓRIO COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA: ESTUDO DE CASO DA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ	9,7	9,0	SN	SN	SN	SN	9,35
OPINIÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CASO DO MACIÇO DE BATURITÉ	8,5	8,0	SN	SN	SN	SN	8,25
POLÍTICAS DE CONSensualIZAÇÃO DE CONFLITOS: O PAPEL DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO FUTURO PROFISSIONAL	9,4	9,0	SN	SN	SN	SN	9,20
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTAS TRANSGÊNERO NO CEARÁ	7,6	7,0	SN	SN	SN	SN	7,30
PROJETO "LER É LEGAL" COMO POLÍTICA PÚBLICA DE RESGATE SOCIAL NO TJCE E PROMOÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO	8,7	8,0	SN	SN	SN	SN	8,35
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CELERIDADE: A DEMORA NA PRESTAÇÃO JUDICIAL E O RISCO DE VIDA OCASIONADO ÀS MULHERES	7,4	7,0	SN	SN	SN	SN	7,20

A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS ANTE O PACTO GLOBAL DE PROTEÇÃO À MIGRAÇÃO E OS MIGRANTES VENEZUELANOS EM FORTALEZA-CE	SN	SN	5,0	4,1	SN	SN	4,05
NOTAS SOBRE O ABUSO DA POSIÇÃO DE VULNERABILIDADE (APOV) NA CARACTERIZAÇÃO DO CRIME TRÁFICO DE SERES HUMANOS	SN	SN	5,0	3,5	SN	SN	4,25
TRÁFICO DE PESSOAS E ESCRAVIDÃO: UM CONTRAPONTO SOBRE O BRASIL COLÔNIA E A CONTEMPORANEIDADE	SN	SN	10,0	SN	SN	SN	10,0
TRÁFICO HUMANO E O DESAFIO DA SUBNOTIFICAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DOS REGISTROS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ	SN	SN	7,0	7,5	SN	SN	7,25
AGENDA INTERNACIONAL SOBRE O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS: CONTINUIDADE OU DESCONTINUIDADE NO PROCESSO DECISÓRIO DO BRASIL E DE MOÇAMBIQUE?	SN	SN	8,0	SN	SN	SN	8,00
POLICY MAKERS E AS POSSIBILIDADES DE APRIMORAMENTO DO PROJETO SOCIAL "A MARÉ VIDA" COMO FORMA DE INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO DESTAS NA SOCIEDADE	SN	SN	8,0	7,0	SN	SN	7,50
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESCOLAS ACESSÍVEIS NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA PARA ATENDER OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	SN	SN	8,0	8,0	SN	SN	8,00
NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS COMO NOVO INSTRUMENTO DE REFORMA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	SN	SN	SN	SN	8,0	8,0	8,00
O NÃO CREDITAMENTO DE ICMS NAS SACOLAS DE PLÁSTICOS DE SUPERMERCADO: A APLICAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL NO INCENTIVO A SUSTENTABILIDADE	SN	SN	SN	SN	8,0	8,0	8,00
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ: COMO O TJCE PODE MELHORAR SEU DESEMPENHO E CONTRIBUIR PARA O CUMPRIMENTO DO ODS 12 DA AGENDA 2030 DA ONU?	SN	SN	SN	SN	8,0	7,0	7,50

A UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA E-NATJUS COMO MECANISMO PARA A REDUÇÃO NO TEMPO DE TRAMITAÇÃO DE DEMANDAS QUE ENVOLVEM A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO CEARÁ	SN	SN	SN	SN	7,0	7,0	7,00
--	----	----	----	----	-----	-----	-------------

COMISSÃO CIENTÍFICA DO EVENTO

FLÁVIO JOSÉ MOREIRA GONÇALVES

Líder do Grupo de Pesquisa e Presidente da Comissão

MÉRCIA CARDOSO DE SOUZA

Vice-líder do Grupo de Pesquisa e Membro da Comissão

LEONEL GOIS LIMA OLIVEIRA

Coordenador da Linha de Pesquisa 3 e Membro da Comissão

IGOR DE MORAES PAIM

Professor do IFCE e Membro da Comissão

ISABELLE CHEHAB

Professora da UFG e Membro da Comissão

PAULO ROBERTO DE CARVALHO NUNES

Professor da Unifor/EGP e Membro da Comissão

LEGENDA:

SN – sem nota (trabalho não foi avaliado nesta linha ou por este avaliador)

NOTA 1A – nota do 1º avaliador da linha 1

NOTA 1B – nota do 2º avaliador da linha 1

NOTA 2A – nota do 1ª avaliadora da linha 2

NOTA 2B – nota do 2ª avaliadora da linha 2

NOTA 3A – nota do 1º avaliador da linha 3

NOTA 3B – nota do 2º avaliador da linha 3

	Resumos selecionados para apresentação oral no evento
	Resumos não selecionados para apresentação oral no evento

OBSERVAÇÃO: Nos casos em que um dos avaliadores da linha de pesquisa julgou-se suspeito ou impedido para atribuição da nota, por orientar o trabalho avaliado, constou nesta tabela SN (sem nota) no seu espaço e foi considerada como média final do trabalho apenas a nota do outro avaliador da linha, a fim de evitar prejuízo ao trabalho avaliado.